

**MURILLO DE ARAGÃO**

Por Murillo de Aragão

Política

Reforma Ministerial e o Jogo do Centrão: Governabilidade ou Incógnita 2026

O Centrão negocia com quem estiver no poder, mas sua lealdade é circunstancial e determinada pelas condições políticas do momento

Por **Murillo Aragão** 23 jan 2025, 11h12

O presidente Lula (*Marcelo Camargo/Agência Brasil*)

A+**A-**

A recente declaração do presidente Lula, questionando se os partidos do Centrão desejam “continuar trabalhando” com o governo na eleição de 2026, deve ser compreendida dentro da lógica de acomodação política que rege o presidencialismo de coalizão brasileiro. Ao mirar uma reforma ministerial com vistas à construção de sua coligação eleitoral para o próximo pleito, Lula busca consolidar apoios institucionais desde já, minimizando riscos de desagregação futura. No entanto, a dinâmica do Centrão, historicamente pautada pela negociação pragmática de cargos e recursos, segue um ritmo distinto, mais

reativo do que propositivo no que diz respeito a compromissos eleitorais de longo prazo.

O sinal emitido pelo presidente ocorre em um contexto de crescente pressão dos partidos do Centrão por maior participação na Esplanada dos Ministérios. Siglas como PP, Republicanos e União Brasil, que detêm ministérios estratégicos, reivindicam ampliação de espaço na máquina pública, mas evitam compromissos formais quanto ao alinhamento em 2026. A lógica dessa postura é clara: manter margem de manobra para negociações futuras, seja com Lula ou com eventuais adversários viáveis na sucessão presidencial. Trata-se de um comportamento típico do Centrão, que maximiza ganhos institucionais no presente sem abrir mão da flexibilidade política no futuro.

A insistência de Lula em antecipar a formação de uma coalizão eleitoral reflete a necessidade de reduzir incertezas no tabuleiro político. Seu governo enfrenta desafios como a resistência do Congresso em aprovar pautas prioritárias, o avanço da oposição bolsonarista em segmentos estratégicos e as dificuldades econômicas que podem afetar a popularidade do governo. Além disso, o próprio PT reconhece que a estruturação da candidatura à reeleição passa por uma engenharia complexa, envolvendo não apenas os partidos do Centrão, mas também setores da centro-esquerda que, em 2022, manifestaram apoio crítico à sua vitória.

No entanto, os planos de Lula esbarram na lógica pragmática do Centrão. Em um ambiente de elevada fragmentação partidária e com o fortalecimento do Congresso no jogo decisório, os partidos de centro-direita tendem a adiar ao máximo qualquer definição eleitoral, explorando ao limite sua posição de fiéis da balança. O governo pode até ampliar sua base ministerial agora, mas sem garantia de fidelidade futura. O Centrão negocia com quem estiver no poder, mas sua lealdade é circunstancial e determinada pelas condições políticas do momento.

Ao fim e ao cabo, os partidos do centro alargado oferecem algum apoio à agenda do governo, proteção para eventuais armadilhas da oposição e abertura para negociar apoios eleitorais em 2026. Porém, todos sabem que essas siglas dão prioridade ao crescimento de suas bancadas no Congresso, o que orienta sua estratégia de curto e médio prazo. Assim, a queda de braço entre o governo

ainda que amplie a presença do Centrão no governo, não garanta o apoio desejado por Lula na sucessão presidencial.

MAIS LIDAS

- 1 | Brasil
"Minha barba branca é o meu disfarce", diz Sérgio Chapelin, que circula no Rio sem ser reconhecido
- 2 | Política
Ex-comandante que acusou golpe de Bolsonaro faz barulho nas redes
- 3 | Política
Forças Armadas querem agilizar chegada de blindados na fronteira com a Venezuela
- 4 | Política
O temor do governo Lula com a ascensão da dupla Trump-Musk
- 5 | Economia
Prepare o bolso: gasolina ficará mais cara a partir de 1º de fevereiro

CENTRÃO

ELEIÇÕES

GOVERNO LULA

REFORMA MINISTERIAL



LEITURA DE VERÃO

**CONHECIMENTO,
DIVERSÃO E
PRATICIDADE NA
PALMA DA MÃO**

Assine o **Digital Completo** por apenas **R\$ 5,99** e tenha acesso ao conteúdo de 10 marcas Abril.